

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**MÍDIA E VIOLÊNCIA: A IMPRENSA SENSACIONALISTA ATUANDO COMO
AMPLIFICADORA DO MEDO**

**Curitiba
2010**

JAYME GONÇALVES JÚNIOR

**MÍDIA E VIOLÊNCIA: A IMPRENSA SENSACIONALISTA ATUANDO COMO
AMPLIFICADORA DO MEDO**

Monografia apresentada como requisito final para obtenção do título de Especialista em Sociologia Política, da Universidade Federal do Paraná-UFPR.

Orientador: Professor Doutor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

**Curitiba
2010**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
2.1. MÍDIA E MEDO.....	08
2.2 VIOLÊNCIA SOCIAL.....	14
2.3 PARADOXOS DA INFORMAÇÃO.....	14
2.4 MÍDIA E VIOLÊNCIA	16
3 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar os aspectos do tema mídia e violência e os efeitos da imprensa televisiva sensacionalista. A fundamentação teórica necessária baseou-se em literatura pertinente ao tema em pesquisas norteamericanas, tendo em vista a escassez de pesquisas brasileiras que tratem o tema, além da premente necessidade de se adequar teorias e métodos ao contexto nacional. Destaca-se ainda a importância da investigação do assunto como uma contribuição para a prevenção de violência, na promoção de melhorias em relação à qualidade do serviço que a TV poderia prestar ao público em geral, tendo em vista tratar-se de uma tarefa mal realizada, sem qualquer critério de qualidade, com as informações tratadas como instrumentos de domínio privado e não como uma prestação de serviços à sociedade, justificando-se assim o papel público dessas instituições.

Palavras-chave: mídia, violência, imprensa sensacionalista.

ABSTRACT

This work aims to study aspects of the subject media and violence and the effects of sensationalist television news. the theoretical foundation needed was based on literature concerning the matter in north american research, in view of the scarcity of brazilian research addressing the issue, and the urgent need to adapt theories and methods to the national context. it is also emphasized the importance of research on the subject as a contribution to preventing violence, promoting improvements in the quality of service that the tv could provide the public with a view that this is a poorly performed task without any quality criterion, the information treated as instruments of privately and not as a service to society, thereby warranting the public role of these institutions.

Key-words: media, violence, tabloid press.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema “Mídia e Violência: a imprensa sensacionalista atuando como amplificadora do medo” se deu por influência do cotidiano do Jornalismo, universo profissional do autor deste artigo, que vem trabalhando há mais de cinco anos como repórter, com editorias variadas, além da prestação de serviços em duas emissoras de rádio especializadas em notícias. Dessa forma, foi possível perceber a importância que as matérias policiais têm para os veículos de imprensa.

Atualmente, a preocupação quanto à mídia diz respeito à falta de democracia nos veículos de comunicação, fato que leva o jornalista a se submeter muitas vezes às necessidades econômicas ou políticas de empresários-patrões. Uma demissão, experiência triste vivida no início da carreira em uma emissora de rádio, por noticiar um crime de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. O crime havia sido cometido por um pastor evangélico, que pertencia à mesma igreja detentora da concessão da rádio.

Na sequência, em outra emissora especializada em radiojornalismo, houve a oportunidade de se observar que as notícias de criminalidade não eram exploradas com a mesma intensidade que eram em outras emissoras, pois o seu proprietário possuía fortes vínculos com o governador do Estado e o secretário de Segurança Pública.

Esse tipo de acontecimento não foi exclusivo das emissoras de rádio exploradas, mas também no jornal de bairro, quando em duas ocasiões ficou evidenciado o quanto o fator econômico pode pautar uma redação de jornalismo.

No primeiro caso, tratava-se de uma área onde existiam várias árvores do tipo “Araucária” - espécie em extinção - e por isso, não poderiam ser derrubadas sem um prévio estudo de reposição. Na ocasião, preparou-se uma matéria com o intuito de promover uma denúncia pública, que não chegou a ser publicada. O motivo da decisão foi simplesmente o fato de ser um antigo patrocinador do próprio jornal o autor do desmatamento, objetivando construir um posto de combustível.

O segundo caso diz respeito a uma área de invasão, no Bairro Campo Comprido, em Curitiba. Na época, foi descoberto que vários lotes ocupados não seriam destinados aos integrantes do “Movimento dos Sem Teto”, e sim ao proprietário de uma rede de lojas de materiais de construção, que pagava a seus funcionários para acamparem no local, e assim tentar conquistar o direito sobre alguns dos lotes. Nesse caso, a matéria também não pôde ser publicada, pois o empresário a ser denunciado era justamente o maior cliente dos espaços publicitários comercializados no jornal.

Na intenção de melhorar a bagagem cultural e até mesmo profissional, optei por fazer o curso de Sociologia Política da UFPR (Universidade Federal do Paraná). A partir de então, surgiu uma outra realidade social, vista por um prisma totalmente diferenciado do

anterior, como jornalista. Trata-se do efeito colateral que uma notícia pode acarretar para a sociedade, a partir do momento em que é passada e repassada de forma repetitiva, muitas vezes distorcida, tendenciosa ou preconceituosa.

A princípio, não foi fácil ver desmoronar alguns dos ideais e crenças formulados quanto ao verdadeiro papel do jornalismo. À medida que os estudos se aprofundaram, observou-se mais atentamente o trabalho da mídia no trato das notícias que envolvem todo e qualquer tipo de acontecimento relativo à violência. Até então, as principais preocupações com a profissão diziam respeito às fontes e em responder os tradicionais: que, quem, quando, como, onde e por quê.

Após começar a acompanhar, com olhar mais crítico, os noticiários policiais, buscou-se analisar, ainda que de forma superficial, que a mesma imprensa - a qual pode acompanhar um caso de crime hediondo por várias horas e por dias seguidos - passa a apresentar informações alarmantes quanto a um possível risco de todos se encontrarem, no futuro, em situação semelhante. Ao iniciar as pesquisas bibliográficas, já sob orientação, quando em estudo do livro, "A Cultura do Medo", escrito por Barry Glassner, foi possível confirmar alguns fatos, que até então eram somente suspeitas. O primeiro é que a mesma violência geradora do medo, também tem o poder de elevar os índices de audiência midiática. Em segundo lugar, ficou confirmado por meio da pesquisa que quanto mais as pessoas assistem televisão, maior será sua propensão ao medo. A televisão deve ser usada como referencial, até mesmo porque, atualmente, é o meio de comunicação mais forte da mídia, utilizando dos recursos de áudio e vídeo ao mesmo tempo, fato que não acontece com o jornal impresso, rádio ou revista. A Internet também usa esses dois recursos, mas devido aos custos operacionais ainda elevados, para a realidade brasileira, a sua utilização é pouco expressiva, se comparada ao uso da televisão. Portanto, fica aí firmada a trindade a ser trabalhada na realização deste trabalho: mídia, medo e violência.

Foi observado um fato alarmante nos estudos bibliográficos, que faz menção às horas gastas com informações assustadoras. Elas não são equivalentes às mesmas horas para transmitir os dados quanto à redução da violência no trânsito, motivada por uma lei mais rigorosa de combate à relação álcool e direção, ou até mesmo na redução das mortes por armas de fogo, após a lei que restringiu ainda mais a compra e o porte das mesmas.

A ética jornalística afirma que "a imprensa somente revela fatos, não toma partido; não é responsável por acontecimentos, apenas os registra". Para o diretor de redação do *Le Monde Diplomatique* (França), Serge Halimi, autor do livro "Os novos cães de guarda", o sonho da imparcialidade na imprensa acabou. Segundo Halimi, "atualmente os jornalistas se encontram a serviço do mercado e não da sociedade, como é em tese o seu papel primordial".

Já para o filósofo e economista alemão, Karl Marx, em sua obra “Liberdade de Imprensa” (1980, p.103), “a função da imprensa é ser o cão de guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade”.

Marx (1980, p.65) não aponta em seu livro os problemas relativos ao sensacionalismo, mas declara “A imprensa censurada é a que produz um efeito desmoralizador”. O vício da hipocrisia é inseparável dela e, além disso, é desse vício que surgem todos os seus outros defeitos, pois inclusive sua capacidade de virtude básica perde-se através do revoltante vício da passividade, mesmo se visto esteticamente. O governo ouve somente sua própria voz; sabe que ouve somente sua voz; entretanto, tenta convencer-se de que ouve a voz do povo. O povo, portanto, cai parcialmente numa superstição política, parcialmente na heregia política, ou isola-se totalmente na vida política, tornando-se uma multidão privada.

Indo um pouco mais além, pode-se afirmar que hoje o medo não é meramente um estado psicológico ou mesmo simbólico, motivado pela mídia, em que vive a sociedade. Mais do que isso. O medo é atualmente o produto utilizado para manter as pessoas grudadas, cada vez mais, diante dos televisores e isso pode ser facilmente comprovado por agências de pesquisas. A partir daí, ocorre a valorização dos espaços publicitários nos veículos de comunicação, os quais não são adquiridos por meio de licitações ou concorrências e sim por meio de concessões sempre de origem política.

Esse tipo de prática mercadológica por parte da mídia, mesmo tendo ela a função de dar a informação, torna-se uma postura de risco contra a sociedade, já que vários estudos comprovam a existência de uma cultura do medo, na qual a imprensa atuaria como grande fomentadora.

O objetivo deste trabalho não é criticar a mídia, nem tampouco sugerir qualquer forma de censura, pois isso seria um crime contra a imprensa e à própria sociedade. O objetivo é demonstrar a maneira com a qual a imprensa atua na exploração dos casos de violência, o que por consequência acarreta em um aumento no pânico em que a sociedade contemporânea vive. Esse pânico, quando exagerado, leva até mesmo a mudanças no comportamento social. Tudo isso simplesmente porque não há uma maior responsabilidade na forma de se transmitir a notícia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. MÍDIA E MEDO

No sentido ortográfico da palavra, “mídia” se define como uma expressão genérica dos meios, veículos e canais de comunicação, como, por exemplo: jornal, revista, rádio, televisão, outdoor, etc. Porém, definir a mídia não é algo tão simples assim. Isto por que ela não é uma ciência exata, na qual tudo ocorre dentro de uma lógica racional, e seu comportamento não está inserido no contexto da previsibilidade. A mídia é vista como importantíssima para uma grande parte da sociedade, porém existe ainda uma outra parte que simplesmente a odeia e a evita.

Uma das características mais curiosas da mídia está no poder que ela desenvolveu quanto a manipular a opinião pública, mesmo quando ela própria não tenha a intenção de fazê-lo. Frente a todo esse poder desenvolvido pela mídia, torna-se cada vez mais necessário não um controle, pois isto iria ferir o direito pleno da liberdade de expressão, mas sim um maior grau de responsabilidade por parte de seus profissionais. Os cuidados devem ser tomados, pois uma vez que qualquer tipo de informação chegue à sociedade por intermédio da mídia, seus efeitos são imprevisíveis e, caso haja alguma necessidade de reparo da informação, isso jamais ocorre de maneira satisfatória, não havendo qualquer garantia de que as pessoas que tiveram acesso à primeira notícia serão as mesmas que ouvirão suas correções.

Não é só a questão dos erros na informação que preocupam a sociedade com relação à mídia. O sociólogo e professor da Universidade da Califórnia do Sul, Barry Glassner, durante cinco anos planejou e pesquisou, entre os americanos, para conseguir publicar o livro “Cultura do Medo”. Em sua obra, Glassner (2003) observa o uso, até certo ponto excessivo, de matérias jornalísticas que muito mais do que informar são extremamente alarmistas.

Segundo Glassner (2003, p. 31), “evidentemente a cobertura jornalística desigual tem efeitos nos leitores e nos espectadores”. Em uma entrevista sobre o medo em relação ao crime, algumas mulheres nova-iorquinas responderam com a frase terem visto o assunto no noticiário de TV, identificando que os meios noticiosos tanto como fonte dos seus medos como a razão pela qual acreditavam, que esses medos eram válidos. Em uma pesquisa nacional, indagados sobre por que acreditavam que o país apresenta um sério problema em relação ao crime, 76% das pessoas citaram matérias vistas na mídia. Apenas 22% citaram experiências pessoais.

Se as notícias de crimes e violências, em geral, colocam as pessoas em um estado de medo acima do que está a realidade cotidiana, seria justo que a mídia desse menos enfoque a essa editoria. Segue Glassner dizendo que

os telejornais sobrevivem com base em manchetes alarmistas. Nos noticiários locais, onde os produtores vivem à custa da máxima “se tem sangue, não tem pra ninguém”, histórias sobre drogas, crimes e desastres constituem a maioria das notícias levadas ao ar. Os noticiários vespertinos das principais redes de TV são um pouco menos sangrentos, mas, entre 1990 e 1998, quando o índice de homicídios do país caiu 20%, o número de histórias sobre assassinatos nos noticiários das redes aumentou 600%. (GLASSNER, 2003, p.31).

Com a mídia distorcendo, conscientemente ou não, a realidade quanto à segurança de nossa sociedade, seria justo afirmar a necessidade de um repensar nos conceitos de informação e nos direitos a ela. Para se ter uma idéia, a mídia não só amplia o medo comum, como também desvia muitas vezes os olhares do seu próprio centro de origem, o que causa uma verdadeira distorção entre as causas e seus efeitos. O autor explica ainda que

depois que Debbie Nathan, jornalista, e Michael Snedeker, advogado, pesquisaram as provas por trás das reportagens publicadas na década de 1980 e no começo de 1990 sobre crianças estupradas e torturadas em rituais, descobriam que, apesar de sete entre dez americanos acreditarem no envolvimento de cultos satânicos nessas atrocidades, poucos dos incidentes haviam realmente ocorrido. (GLASSNER, 2003, p.38).

No início de cada uma das causas judiciais de molestamento em rituais, as crianças envolvidas afirmaram não terem sido abusadas. Mais tarde mudaram seus depoimentos, pressionadas pelos pais e autoridades judiciárias. Caracteristicamente, as histórias chocantes de molestamento – descobre-se no fim – vêm dos próprios pais, normalmente das mães, que se convenceram de que eram histórias verdadeiras.

A exposição acima revela o risco da notícia passada às pressas, de última hora, quando, mais importante do que se apurarem os verdadeiros fatos é ser o primeiro a transmiti-lo. Após a transmissão da informação pela mídia, o que geralmente acontece é a chamada comoção, momento em que a população se revolta contra todos os tipos de crença espírita ou satânica. A partir daí, entra em cena todo o sensacionalismo midiático em que programas de auditório entrevistam especialistas religiosos, a fim de denegri-los e provocar mais revolta social, pois nessa revolta está a possibilidade de liderança nos índices de audiência.

A esse respeito, Glassner (2003, p.78) afirma que existem diferenças perceptíveis entre os repórteres da mídia eletrônica e os da mídia impressa. “Ao contrário de seus colegas de estações locais de TV, que vão atrás de qualquer matéria que inclua uma

perseguição policial ou uma celebridade em apuros, os jornalistas de jornais e revistas têm uma predileção particular por histórias de crime, que os ajudem a entender outros fenômenos com os quais estão tendo problemas na cobertura”.

Essa diferença de postura entre profissionais deve-se ao fato de que jornalistas da mídia impressa jamais serão os primeiros a transmitir uma notícia, pois é preciso horas para se produzir um jornal impresso ou revista, enquanto uma emissora de rádio ou TV precisa somente do tempo para chegar ao local do fato. Assim, a mídia impressa dispõe de mais tempo para trabalhar um acontecimento, o que reduz a possibilidade de erro. Pelo menos em tese.

A TV, que é espaço publicitário mais caro na mídia, parece não estar muito preocupada com o que vai ao ar, desde que os índices de audiência se sobreponham aos das emissoras concorrentes. O que parece de fato é que vale realmente tudo, porém as consequências podem ser catastróficas para nossa sociedade. Segundo Glassner,

em pesquisas realizadas durante três décadas, Gerbner¹ verificou que as pessoas que assistem muita TV apresentam maior tendência a acreditar que o bairro onde vivem é inseguro, a supor que os índices de criminalidade estão aumentando e a superestimar a probabilidade de se tornar vítimas da violência. Elas também compram mais fechaduras, alarmes e – sim, você adivinhou – armas, na esperança de se proteger. “Elas podem aceitar e inclusive acolher com agrado”, relata Gerbner, “medidas repressivas como as prisões, pena de morte, sentenças mais duras – medidas que nunca reduziram o crime, mas nunca deixam de dar votos aos políticos – se isso promete aliviar ansiedades. Esse é o dilema mais profundo da TV repleta de violência. (GLASSNER, 2003, P.100).

Tendo a mídia um importante papel na condução dos comportamentos sociais, e apontada por Glassner (2003) como responsável maior na proliferação do medo, é de se esperar que os veículos de comunicação selecionem de forma mais adequada os seus conteúdos informativos que vão ao ar. Isto não significa omitir qualquer tipo de informação de nossa sociedade, mas sim escolher uma maneira mais adequada de transmiti-la. Motta afirma que

links ao vivo, uma montagem dinâmica e o uso crescente de recursos de computação gráfica dotam o Jornal Nacional de uma estrutura narrativa cuidadosa e flexível. Moldura geral das distintas matérias, o cenário espetacular, os movimentos de câmera e os efeitos de computação gráfica possuem grande importância na apresentação do jornal como um todo e na construção narrativa das notícias de violência em particular. Nesse ambiente de modernidade, os apresentadores (William Bonner e Fátima Bernardes, jornalistas e editores do informativo) imprimem a ele um estilo formal/tradicional, recorrendo à figura do locutor/transmissor da informação aparentemente imparcial, distante e objetivo, para angariar a empatia do telespectador. (MOTTA, 2002, p.309-310).

¹ George Gerbner, reitor emérito da Escola de Comunicação Annenberg, da Universidade da Pensilvânia.

Distintamente, o estilo do Jornal da Record apresenta uma estrutura narrativa bem mais rígida e menos cuidadosa, emoldurada pelo comentário e pela opinião do apresentador - um estilo frequente e dominante no jornalismo eletrônico americano, regido pela personificação do ato informativo, em que o locutor é substituído pelo jornalista, que se atribui explicitamente poderes de interpretação, indagação e dramatização das notícias. Motta explica ainda que

o próprio Boris Casoy confessa que o estilo de “anchorman” inaugurado por ele é basicamente copiado do jornalismo de televisão americano, com adaptações para o público brasileiro que, segundo o apresentador, é ávido por comentários e opiniões. O apresentador, ao longo do telejornal, promove a interpretação pessoal dos fatos noticiados, com persuasão, repetindo enfaticamente todas as noites o slogan que marca a credibilidade pessoal do apresentador: “Isto é uma vergonha”.(MOTTA, 2002, p.310).

Dando sequência às explicações sobre a atuação da mídia, Motta ainda afirma que

na era da televisão, a imagem – que estava presa na imprensa gráfica, e escondida, para ser imaginada, no rádio – passa a ser o fato, a notícia, o acontecimento, a revelação. A percepção da realidade é modificada tanto pela quantidade de informação, quanto pelo tratamento da imagem, pela trucagem, pelo movimento, pelo enquadramento, pelos métodos modernos e sofisticados de edição, pela apresentação e pela velocidade da sequência. Por isso, o discurso ideal da televisão é o videoclip. A imagem não é mais, como no tempo da imprensa gráfica, uma coadjuvante da notícia, uma peça de convencimento. É a protagonista absoluta. Mas em regra, mostrando, esconde. (MOTTA, 2002, p.82-83).

A mídia com o poder descrito acima pode atuar não só como gerador, mas também como ampliador do medo, tanto individual como coletivo. Ao se fazer uma relação entre mídia e seus efeitos, entre eles o medo, faz-se também necessário explicar o que é esse medo e como ele se desenvolve nas pessoas.

Sartre (*apud* Delumeau, 2009, p.23), escreve que

Todos os homens têm medo. Todos. Aquele que não tem medo não é normal, isso nada tem a ver com a coragem”. A necessidade de segurança é, portanto fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo de morte, e a segurança é símbolo da vida. O companheiro, o anjo da guarda, o amigo, o ser benéfico é sempre aquele que difunde a segurança. Assim, é um erro de Freud “não ter levado a análise da angústia e de suas formas patogênicas até o enraizamento na necessidade de conservação ameaçada pela revisão da morte”. O animal não tem ciência de sua finitude. O homem, ao contrário, sabe – muito cedo – que morrerá.

Assim, podemos concluir que o medo é algo natural no homem, pois sabendo ele que a morte é um fato totalmente certo, o medo passa a ser um dispositivo essencial para sempre lembrá-lo de sua necessidade de lutar pela sobrevivência. É importante sempre

saber separar os medos quanto ao fato deles serem individuais ou coletivos. Essa diferenciação entre os medos é apresentada por Delumeau (2009, p.30) que afirma que “no sentido estrito e estreito do termo, o medo (individual) é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação”. Colocado em estado de alerta,

o hipotálamo reage mediante mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca sobretudo modificações endócrinas. Como toda emoção, o medo pode provocar efeitos contrastados segundo os indivíduos e as circunstâncias, ou até reações alternadas em uma mesma pessoa: aceleração dos movimentos do coração ou sua diminuição; respiração demasiadamente rápida ou lenta; contração ou dilatação dos vasos sanguíneos; hiper ou hipossecção das glândulas; constipação ou diarreia, poliúria ou anúria, comportamento de imobilização ou exteriorização violenta. (DELUMEAU, 2009, p.30).

Nos casos limite, a inibição pode chegar a uma pseudoparalisia diante do perigo (estados catalépticos),

e a exteriorização resultará numa tempestade de movimentos desatinados e inadaptados, característicos do pânico. Ao mesmo tempo manifestação externa e experiência interior, a emoção medo libera, portanto uma energia desusada e a difunde por todo o organismo. Essa descarga é em si uma reação utilitária de legítima defesa, mas que o indivíduo, sob o efeito das agressões repetidas de nossa época, nem sempre emprega com discernimento.(DELUMEAU, 2009, p.30)

Quanto ao medo coletivo, este talvez seja o mais importante para explicar a relação “mídia e medo”, pois as consequências do que é passado pela mídia nos telejornais, tendem a influenciar não só uma pessoa, mas sim boa parte dos telespectadores, o que por característica passa a ser uma consequência de cunho coletivo. A esse propósito, Delumeau (2009, p. 31) afirma ser provável que as reações de uma multidão tomada de pânico ou que libera subitamente sua agressividade “resultem em grande parte da adição de emoções-choques pessoais tais como a medicina psicossomática nos faz conhecê-las”. Essa afirmação pode ser verdade apenas em certa medida, e conclui que

os comportamentos de multidão exageram, complicam e transformam os excessos individuais. Com efeito, entram em jogo fatores de agravamento. O pânico que se apodera de um exército vitorioso (como o de Napoleão na noite de Wagram) ou da massa de clientes do bazar em chamas será tanto mais forte quanto for mais fraca a coesão psicológica entre as pessoas tomadas de medo. (DELUMEAU, 2009, p.31).

A afirmação de Delumeau (2009) pode nos ajudar a entender o porquê das pessoas, que jamais tiveram experiências com armas de fogo, acabar por comprá-las, com o propósito de tê-las em suas casas e, em muitos casos, carregando-as consigo, ainda que em situação de risco não saibam bem o que fazer com elas. Ainda, generalizando, os caracteres fundamentais da psicologia de uma multidão são a capacidade de serem influenciáveis, o caráter absoluto de seus julgamentos, a rapidez dos contágios que a atravessam, o enfraquecimento ou perda do espírito crítico, a diminuição ou desaparecimento do senso da responsabilidade pessoal, a subestimação da força do adversário, sua capacidade de passar subitamente do horror ao entusiasmo e das aclamações às ameaças de morte.

Moraes (2009) leciona que o medo seja, provavelmente, um dos mais importantes sentimentos humanos, já que se encontra relacionado à preservação da vida, portanto natural e necessário. Segundo Delumeau (*apud* MORAES, 2008, p.3), o medo “é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável”. Entretanto, tanto no individual quanto no coletivo, ele pode tornar-se também patológico, criando bloqueios, tornando-se causa da involução dos indivíduos.

Glasser (citado por Moraes, 2008), infere que o medo ou sentimento de insegurança, firmado em uma “Cultura do Medo” e personificado em atores e grupos sociais e suas práticas, ou sobre o que se imagina que eles sejam e pratiquem, parece ser uma condensação de sentimentos mais generalizados de insegurança.

São questões como essas, já expostas, que geram a necessidade de se redefinir o papel da mídia e a obrigação de se produzir um novo modelo jornalístico, não informativo sensacionalista, que busque maiores índices de audiência, mas que informem no sentido de contar um fato sem que ocorra a dramatização do mesmo. Não existe a necessidade de mostrar a mãe, a esposa, filho ou amigos chorando a morte de uma vítima para que exista jornalismo. A partir da notícia transmitida, o restante passa a ser somente exploração financeira da violência. Quando a mídia se dispõe a abrir espaço para que se ouçam somente familiares de vítimas, que choram a perda de um ente querido, o que essa mídia consegue de fato é colocar toda a sociedade em movimentos contra um determinado grupo social, quase sempre de excluídos.

Nessas ocasiões, surgem os apelos pela implantação da pena de morte, prisão perpétua, redução da maioridade civil e várias outras medidas possíveis para conter todo e qualquer tipo de violência. A mídia, quando na busca cega pelo sensacionalismo, pode muitas vezes levantar a população contra um determinado grupo social e está, nesse momento, cometendo um grande ato de violência. Por consequência, pode até mesmo vir a prejudicar os trabalhos da polícia e também do judiciário que, a partir de então, passa a agir sobre pressão, ou motivado pela vaidade dos espaços que essa mídia pode proporcionar.

2.2 VIOLÊNCIA SOCIAL

Sodré (2006) afirma que o ponto de inserção da violência na experiência do Terceiro Mundo pode ser entendido ao se olhar para o “estado de violência” como traço estrutural do modo de organização social implantado nos países terceiro-mundistas. Isto não é sustentar a tese de que a violência ou a agressividade individual sejam explicadas como mera reação defensiva, face às circunstâncias hostis ou de um Estado indiferente, mas sim de apontar para as circunstâncias brasileiras, em que eclode o lado da energia pulsional do sujeito (indivíduo ou grupo) designado como “violência”.

Sendo assim, preliminarmente, deve-se levar em consideração o conceito de “violência social”, como um fim inerente à sociedade de classes, ao se seguir a linha do pensamento marxista direcionado à materialização de relações baseadas na propriedade privada, que impõem o exercício de “uma violência social”.

A violência social ocorre em todos os planos (econômico, político, psicológico) da existência, ao ser considerada pelas formas externas de manifestação e pode ser direta, que é o uso imediato da força física e a indireta, que é latente, incluindo os diversos modos de pressão, quais sejam os econômicos, políticos e psicológicos, ou então pela ameaça do emprego da força. (SODRÉ, 2006).

2.3 PARADOXOS DA INFORMAÇÃO

O século XX é caracterizado pela implantação de uma rede planetária de telecomunicações e de informações. Segundo a tendência mundial de globalização, a maioria da população recebe notícias diárias de outras sociedades e essa noção do global, embora incipiente acaba se incorporando à cultura.

No caso específico da violência, aqui abordado, o processo de produção da informação não reflete a realidade e a intensidade dos eventos e acaba adequando-se à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que hegemonicamente são retidos pela sociedade em seu imaginário, realizando uma crítica sobre essa criação simbólica.

De acordo com Njaine *et al.* (1997), por meio de estudos realizados, foram levantadas algumas hipóteses no nível geral de informações, constatando-se uma precária formação dos profissionais que lidam com os registros, além da desconexão dessa tarefa com o fluxo geral da informação, existindo ainda uma desvalorização cultural do registro nas instituições públicas, que por sua vez, está relacionada ao estigma social criado ao redor da parcela preponderante das vítimas de violência, que são pobres, negros e residem nas periferias urbanas.

A divulgação das informações sobre violência, por sua vez, do ponto de vista da mídia, é acolhida sem críticas, como tema de notícias e matérias de disfunção social, transformadas no dia-a-dia em relatos jornalísticos e sensacionalistas. Contêm normalmente fatos dramáticos e aterrorizantes, sendo transmitidas dentro de uma ótica “informação-espetáculo”. Assim, são ressaltados os fatos violentos relativos à morte e acidentes, além de agravos políticos e de negócios.

Quase ignorados são os párias, excluídos e presos, categorias indistintas e anônimas, passíveis de serem eliminados, já que são considerados economicamente desnecessários e inviáveis, politicamente incômodos e socialmente inoportunos, segundo Cruz Neto e Minayo (1994).

Minayo e Souza (1993) comentam que a informação assume a forma e a importância que lhe é dada pela sociedade e, no caso da violência, o grupo social mais vitimizado é aquele socialmente excluído, desprovido de posses e revestido pelos signos da pobreza, como ser jovem, negro, e morar em morro ou periferia da cidade.

Para esse grupo, a sociedade não tem se importado em esclarecer a morte, uma vez que no imaginário social essas mortes representam uma espécie de limpeza, solucionando assim o problema da violência e das questões sociais e econômicas do País, com suas vidas sendo executadas sumariamente. (CRUZ NETO e MINAYO, 1994). Os autores explicam que a culpa socialmente construída e atribuída a essa parcela da sociedade, que passa a exercer a função de bode expiatório, impede que a mesma sociedade tome conhecimento e responsabilize outros membros, de extratos sociais mais privilegiados e envolvidos em seus processos de criminalidade.

Ocupando um papel importante na sociedade contemporânea, como mediadora social, segundo Rey (1993), a mídia tem um papel de destacada contribuição na desqualificação das informações sobre violência. Assim, a televisão e os demais meios de comunicação são instrumentos, dispositivos culturais e sociais. Quando nesses meios circulam informações sobre o tema violência, é de forma banalizada, gerando muitas vezes um clima de pânico e medo na sociedade.

Socializando-se um modo de ver e interpretar o fenômeno, distorcendo-se a realidade, os fatos são hipertrofiados por meio da espetacularização das notícias e imagens, desviando-se o foco da atenção para o perigo imaginário que se restringe e localiza em certos tipos de sujeitos e nas camadas e espaços sociais menos favorecidos.

Sodré (1992) afirma que ao gerar informações sobre violência, a mídia reproduz, circunstancialmente, o processo de transmissão dessas informações efetuado pelos órgãos oficiais do governo, no qual o sentido dos diversos tipos de violência que ocorrem na sociedade e, principalmente da violência estrutural, é desfeito ou desrealizado. A mídia está muito mais voltada a entreter que a informar, tendo seus próprios critérios de relevância,

podendo assim o tema da violência ser politizado ou despolitizado em função do reforço e da ampliação dos estereótipos sociais.

2.4 MÍDIA e VIOLÊNCIA

Para que se possa explicar um pouco da relação entre “mídia e violência” e o quanto chega a ser frágil a análise jornalística de fatos criminais, muitas vezes motivadas por questões discriminatórias, o livro do jornalista Carlos Dorneles, intitulado “Bar Bodega: um crime de imprensa” será um referencial bibliográfico de grande valia. Esse livro relata um crime ocorrido na Cidade de São Paulo, no ano de 1996, quando ocorreu o assassinato de dois jovens da classe média alta, que se encontravam no interior do bar chamado Bodega, localizado em bairro nobre da capital paulista. Na ocasião, a pressão da mídia ocorreu de forma imediata e discriminatória, provocando uma sucessão de erros e manifestações populares das mais variadas espécies.

A mídia, com seu poder de divulgação, pode ser considerada como um estímulo a crueldade por parte de criminosos, uma vez que, entre eles, ser mau é adquirir respeito, e ser mostrado pela mídia é tornar-se popular no mundo do crime, sendo esse de fato um grande incentivo. Segundo Dorneles (2007, p.27),

um jovem estava na Febem havia dois anos, quando uma funcionária perguntou se ele aceitava dar uma entrevista para o programa Fantástico, uma reportagem sobre o uso de armas. Ele olhou para os outros garotos em volta e todo cheio de si disse que topava. Quando a equipe chegou, ele se comportou como se fosse um ser inferior. Cabeça baixa chamava todo mundo de senhor. Ficou encantado com toda aquela importância que estavam dando a ele. Quando a entrevista começou, ele assumiu a pose. – Você vai continuar roubando? Vou. – Vai continuar atirando? Vou. – Vai continuar matando? (Pensa um pouco) Vou. Quando acabou a entrevista e voltou pro meio dos colegas, contou vantagem: - Botei pra quebrar com o cara do jornal, falei mesmo.

Situações como essas podem servir de alerta quanto à necessidade de mudanças no padrão daquilo que se noticia, pois uma coisa é informar um crime e outra é explorar a violência, dando espaço para que os criminosos se promovam socialmente.

No caso do “Bar Bodega” a irresponsabilidade e o mercenarismo da mídia foram muito graves, pois envolvia um momento que antecedia as campanhas eleitorais daquele ano. Na ocasião, quem mais crescia nas pesquisas de intenção de votos para assumir a prefeitura de São Paulo era o candidato Celso Pitta, apadrinhado de Paulo Maluf. O discurso central de sua campanha era justamente a Segurança Pública. O caso do “Bar Bodega” foi realmente um prato cheio para o candidato Celso Pitta, que contava com o apoio de

apresentadores de televisão, evidentemente, daqueles que exploram a violência. Dorneles (2007) informa que

O assassinato de dois jovens de classe média alta era um ingrediente explosivo e de exploração fácil. Ainda mais que o cenário do crime foi um dos bares mais badalados da cidade, de propriedade de atores conhecidos, Luis Gustavo, Tato e Cássio Gabus Mendes. O secretário de Segurança, José Afonso da Silva, dava entrevistas alardeando o empenho da polícia: Além do 27º Distrito Policial, estão mobilizados o Goe (Grupo de Operações Especiais), o Depatri (Departamento de Prevenção de Crimes contra o Patrimônio) e o DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa). Devemos encontrar os criminosos nos próximos dias. (DORNELES, 2007, p.35).

Desde o início, o caso foi manchete de jornal, sendo uma das principais notícias do Jornal Nacional, da TV Globo, na segunda-feira. A reportagem mistura o caso Bodega com o assassinato de um estudante e com o roubo de uma casa, incendiada em seguida, retratando uma cidade que estaria vivendo momentos de pânico.

Nessa ocasião, a criminalidade na cidade de São Paulo havia crescido 1,7% em doze meses, o que segundo especialistas, era considerado um aumento baixo, se comparado com anos anteriores. Em assim, os jornais iam ampliando a cobertura, com páginas de crimes diversos,

... nas capas, em letras garrafais: No Jornal da Tarde: “Violência gratuita põe São Paulo em pânico”, “Toda cidade mobilizada por mais polícia”, “Indignação”. No Diário Popular: “Violência fora de controle”, “Segurança Já”. No Estado de São Paulo: “Impunidade libera violência na cidade”, “Violência causa medo nas escolas”, “Cidade registra 32ª chacina”. Na Folha de São Paulo: “Cidade vive onda de crimes cruéis”, “Mais um universitário morto em bar” (era em Jundiá), “Adolescentes são mortos em frente à escola”(em Guarulhos). Crimes ocorridos no interior do estado ganham destaque que nunca tiveram. A Folha publica matéria dizendo que Ribeirão Preto vive uma guerra civil.(DORNELES, 2007, p.37).

Como se pode observar, a mídia ampliou a questão da violência, na cidade de São Paulo, para muito além de suas dimensões, pois bombardeava a cabeça da sociedade com notícias de ocorrências criminosas, que nem eram da capital, mas vinha sempre na sequência de informações do caso “Bar Bodega”. Falar da violência naquele momento era um modismo que ampliava a venda de jornais impressos e conseqüentemente aumentava o ibope nos programas de rádio e TV. Era o sensacionalismo em cena, gerando lucros e a custa da violência. Mais grave ainda é constatar que algumas manchetes expostas na mídia coincidiam com discursos do então candidato a prefeitura de São Paulo, Celso Pitta, exemplos como, “violência fora de controle” e “segurança já”.

O clamor da sociedade por justiça, estimulada pela mídia, foi tão grande, que a polícia viu-se na obrigação de apresentar os responsáveis pelo crime do “Bar Bodega”, o mais rápido possível. A partir daí, uma sucessão de erros desumanos, éticos e morais

passaram a acontecer por parte da polícia e sempre contando com a conivência da mídia, que, neste caso, foi parcial e julgadora.

Um determinado agente de polícia civil olhou para um rapaz preso em uma cela de delegacia da capital e simplesmente afirmou: você se parece muito com um dos rapazes envolvido no caso “Bar Bodega”. Esta afirmação foi baseada em uma foto daquelas que as vítimas vão dando detalhes dos criminosos, mas que não são exatas, nem tão pouco confiáveis. Porém isto bastou para que a vida de um jovem, menor de idade, se transformasse num verdadeiro inferno. Após vinte e quatro horas de torturas como, choques, golpes com madeira enrolada em pano, afogamento e até mesmo a introdução, de um pedaço de pau em forma cilíndrica envolvido por graxa branca, no ânus.

Após tantas torturas, o jovem, inocente, começou a apontar os nomes de pessoas que mal conhecia, simplesmente porque não conseguia mais sofrer. Após a polícia prender e torturar nove supostos envolvidos no caso, as confissões começaram a sair. Como se tratava de inocentes, evidentemente as declarações tiveram nove versões desencontradas. Em seguida, a polícia apresentou os supostos culpados para que participassem de uma coletiva à imprensa. Cada um dos jovens que se dispôs a falar confessou a participação, mas as declarações eram desencontradas, assim como ocorreu nas confissões e nas reconstituições posteriores. Outros detalhes importantes para se compreender este caso. As armas do crime jamais foram encontradas. Os objetos roubados na ocasião nunca foram achados na casa de nenhum dos supostos envolvidos. A mídia, por sua vez, não se atentou ao fato desses desencontros, pois estava determinada a pedir justiça, elogiar o trabalho da polícia, fazer política e ganhar pontos nos índices de audiência.

Durante os difíceis dias de tortura que se sucederam, os rapazes presos contavam sobre o sofrimento para seus familiares, toda vez que conseguiam fazer contato. A irmã de um desses rapazes até procurou a mídia, mas não obteve espaço ou atenção. Detalhe ainda mais grave, é que as testemunhas do caso afirmaram na ocasião que das cinco pessoas que haviam participado do crime, pelo menos duas eram de cor branca e duas tinham mais de trinta e cinco anos de idade. A polícia de São Paulo, já tinha apresentado nove supostos réus confessos e nenhum deles de cor branca ou com mais de vinte e quatro anos de idade. A mídia não conseguia enxergar nada disto, ou pelo menos não queria.

Segundo Dorneles (2009),

...um promotor (...) decide investigar o caso e desmonta a trama”. (...). Em contrapartida, quanto mais o promotor tentava mostrar as falhas no processo de investigação realizado pela Polícia Civil(...), mais a mídia e a sociedade, indignadas, o criticavam. A busca por sensacionalismo levou a mídia a desmoralizar pessoas responsáveis, como alguns dos supostos autores do crime (inocentes) e também o promotor que lutava para encontrar a verdade, mesmo que isto levasse a desmoralizar delegados e investigadores.

Mas diante de tantas pressões, pela mídia, familiares e da sociedade em geral, o promotor exigia providências do Ministério Público. E quanto a isso, afirma Dorneles

Na coletiva, disse que, se não soltasse os acusados, eles acabariam sendo absolvidos na justiça. Mas não tinha certeza disso. Desconfiava que alguns poderiam ser condenados, culpados ou não. Mesmo assim, manteve o discurso da absolvição para se defender dos ataques da imprensa. Seria conveniente, então, se expor novamente? A resposta era não, mas como fingir que a pressão não existia, que o mundo não estava desabando em volta dele? Decidiu voltar à carga. Aceitou o convite para uma entrevista no “Jornal Gente”, comandado por José Paulo de Andrade, na Rádio Bandeirantes. Teria bastante espaço para expressar suas convicções. E seria um teste. Junto com José Paulo, mais dois jornalistas participaram da conversa, Salomão Ésher, e José Nello. Um terceiro entraria já no meio da conversa, Renato Lombardi. Ela acabou sendo a primeira e única entrevista do promotor a um órgão de imprensa. As perguntas são muito mais importantes e reveladoras do que as respostas. (DORNELES, 2007, pp.151-152).

As perguntas que se sucederam foram em tom desafiador. O tempo todo o promotor se apegou na fragilidade das provas e na suspeita de tortura. Enquanto isso, os jornalistas lembravam das entrevistas que os presos deram. Ocasão em que, motivados pelo medo, assumiam toda a culpa pelo crime. Durante toda a entrevista, os jornalistas foram extremamente contundentes e irônicos. Até que em determinado momento um jornalista não se conteve e fez uma intervenção. E foi assim que

nesse momento, o jornalista Salomão Ésher, que tinha ficado calado até então, corta o rumo da entrevista. Ésher: “Eu não posso aqui, baseado numa hipótese, sugerir ao Ministério Público que prenda. Nós estamos avançando. Somos apresentadores de rádio, não somos juristas. Nós estamos coagindo a promotoria aqui a deter gente suspeita do crime como se fosse já condenado”. A partir daí, a conversa fica mais morna. Os jornalistas passam a perguntar detalhes técnicos sobre o futuro do caso. Mas a entrevista não acaba sem um novo puxão de orelha. Lombardi: “Deixa só eu encerrar a minha participação aqui. Colocar gente importante na cadeia é difícil, doutor. A polícia não os pode colocar na cadeia, mas ela o fez. Na sua opinião. O promotor nunca mais se atreveria a dar uma nova entrevista.”(DORNELES, 2007, p.164-164).

O jornalista Salomão Ésher deu provas de serenidade e responsabilidade profissional. O tipo de pessoa que a mídia necessita em maior quantidade para poder trabalhar de forma responsável e sem sensacionalismo.

Pouco depois, o promotor conseguiu a soltura de sete dos nove acusados, no caso “Bar Bodega”. Dois que não foram libertados é porque tinham outras pendências com a Justiça. Em seguida, por meio de investigações que não haviam cessado, a polícia apresentou os verdadeiros culpados pelo crime.

A mídia, mesmo sabendo que falhou na cobertura do caso “Bar Bodega”, não teve a humildade para reconhecer o erro e continuou se omitindo da responsabilidade. A mídia

jamais se desculpou com os inocentes, nem mesmo com o promotor linchado publicamente, sequer comentaram os erros do delegado responsável pelo caso ou mencionaram as torturas.

No caso “Bar Bodega” a mídia abriu espaço para pessoas tomadas pela emoção. Isto levou a população a se unir em torno de causas sociais e cometer erros de julgamento. Esse tipo de comportamento é muito perigoso e certamente traz consequências irreparáveis a todas as pessoas envolvidas. Em 1997, ao julgar e condenar os verdadeiros autores do caso “Bar Bodega”, o juiz desabafou durante o seu parecer final e não poupou nenhum dos lados envolvidos nas investigações.

Essa afirmação é confirmada, observando-se que na sentença, o juiz José Ernesto de Mattos Lourenço foi contundente com a polícia afirmando que

de graça, as vítimas não confessaram. Requisites de perversidade incompatível com o exercício da atividade pública estão revelados de forma contundente e perturbadora nos primeiros cinco volumes deste processo. A técnica não apenas foi impressionante, como também repugnante, vergonhosa, covarde e revoltante. É preciso ser insensível, frio e cruel na mesma proporção para não se indignar diante da selvageria. Mudaram os tempos e as formas de comportamento, mas a mentalidade parece ainda arraigada aos tempos medievais. (DORNELES, 2007, p.173-174).

Mas grande parte da sentença foi dedicada à imprensa: Seria também a imprensa a provocadora da ação desvairada que vitimou jovens inocentes, que injustamente foram presos, sem qualquer interferência, é verdade, quanto aos sofrimentos experimentados? Dorneles (2007, p.174) afirma que sim, explicando que uma parte da imprensa arvorou-se em defensora da sociedade e exerceu uma pressão insuportável e incompatível com o bom senso. “De há muito tempo a imprensa afastou-se da função de noticiar o fato e assumiu ares de julgadora, na ânsia desesperada de noticiar escândalos e explorar a miséria humana, sem se dar contas dos seus limites”.

Dessa forma, passaram a acusar, julgar e penalizar com execração pública, permitindo que os holofotes das câmaras funcionassem como luzes da ribalta. A vaidade descontrolada provocou o esquecimento dos valores. A dignidade do ser humano passou a ter importância mínima ou nenhuma. Conclui que a imagem das pessoas é a matéria-prima da diversão.”

Na ocasião, o juiz não excluiu de observação o lado discriminatório que envolveu o caso “Bar Bodega”, uma vez que as vítimas eram da classe média alta, se dando o crime em uma região nobre da capital e todos os suspeitos apresentados pela polícia, e pela imprensa, eram pardos ou negros, e todos moradores da periferia, o que pode servir de argumento quanto ao fato da imprensa jamais ter dado ouvidos aos seus familiares.

Dando sequência à sentença do juiz, Dorneles (2007, p.174) continua, afirmando que “o crime que ceifou duas vidas, prematuramente, de jovens filhos da classe média, num dos bairros mais finos da cidade . Provocou até mesmo o nascimento de um movimento que se intitulou “Reage São Paulo”.

Essa face hipócrita da sociedade, sem embargo da necessidade de reação contra a inoperância do Estado diante da violência crescente e assustadora. Essa mesma sociedade, todavia, jamais reagiu quando os filhos de famílias miseráveis, nos confins da periferia regional e social, foram e continuam sendo assassinados. São Paulo reage diante da morte de filhos ilustres, mas não se emociona diante da morte dos filhos dos desprovidos de capacidade econômica, que não podem frequentar casas noturnas de Moema, mas que frequentam os bares dos bairros distantes. A conclusão é dolorosa: matar filho de classe média alta ou abastada dá notícia, repercute, revolta a sociedade, que reage. O mesmo fato, quando atinge o marginalizado da economia, não desperta nenhuma reação.

No caso “Bar Bodega”, os verdadeiros criminosos foram presos, julgados e condenados. Os inocentes foram soltos. O juiz reconheceu os erros de todas as partes. Porém, isto não pode mudar a vida de inocentes torturados. Ainda que um trabalho psicológico fosse feito na tentativa de apagar de suas mentes tudo o que os jovens inocentes sofreram, a sociedade não lhes dá mais o direito de reconstruírem suas vidas. Tudo porque os nove acusados foram expostos, humilhados e estigmatizados pela mídia.

Pessoas presas, inocentes ou não, quando expostas pela mídia, dificilmente conseguem se reintegrar na sociedade. Dorneles (2007), quando no trabalho de conclusão de seu livro dez anos após o fato, fez questão de procurar alguns dos jovens acusados inocentemente, para poder transmitir aos leitores um retrato social de cada um destes rapazes. O objetivo foi mostrar o quanto a mídia, de forma irresponsável, pode destruir vidas humanas.

Um dos rapazes que se chamava Natal não foi encontrado, pois estava preso, mas sua irmã foi localizada e conversou. Dorneles (2007, p.184) conta

Natal está preso e há muito tempo. Participou de assaltos e até de seqüestro. Flávia não poupa o irmão, diz que cansou de dar conselhos, a mãe também. Mas, na situação dele adianta? Ta assim de chance aí fora pra ganhar dinheiro com coisa errada. A gente, de um jeito ou de outro, sempre conseguiu segurar a barra. Mas depois de tudo que aconteceu, de que jeito? O Natal que apareceu na imprensa dez anos atrás, fotografado na banca de frutas, durou só dois dias. O dono da banca disse que ele podia ser um bom menino, mas “ia acabar afastando a freguesia com essa fama do Bodega”. Flávia, na época com treze anos, teve que abandonar a escola, tinha virado “a irmã do bandido”.

Na sequência, quando procurava por mais um dos rapazes acusados inocentemente no caso Bodega Dorneles encontrou Geralda, esposa de Jailson (outro dos nove envolvidos). Deste encontro relata Dorneles (2007, p.189),

Eu pergunto por Jailson, ela responde sem rodeios: está preso, é a terceira cadeia que pega desde o Bodega. Mas e o trabalho na auto-escola do irmão de criação? Geralda conta que não durou mais do que um mês. Um dia o irmão pediu, todo sem jeito, que Jailson não trabalhasse mais lá. Os clientes ficavam falando dele e do caso Bodega, gente do comércio ao lado comentava e isso poderia prejudicar os negócios. Jailson foi embora.

Na sequência foi a vez do jovem Valmir. Afirma Dorneles (2007, p.197-198)

Eu explico o que estava tentando fazer, sobre o que estava escrevendo e ele só escuta. Quando termino, ele pede para que todos saiam da sala. Ficamos só nós dois, e Valmir começa a falar e não para mais. Ele conta que foi demitido do Supermercado Eldorado quinze dias depois de libertado, quando ainda não se sabia ainda quem eram os verdadeiros culpados pelo assalto. (...). Ele contava com aquele emprego para retornar aos estudos, que tinha abandonado dois anos antes. Não tinha outro jeito, voltou a trabalhar com um tio, como ajudante de pedreiro. Ficou mexendo massa durante cinco anos. Até que conseguiu um emprego numa empresa de energia elétrica. Faz leitura nos medidores e entrega as contas de luz. Se alguém pergunta, ele responde o que aconteceu no caso Bodega. Mas não puxa o assunto nunca e encerra a conversa logo que pode. Até hoje sonha com as torturas. Sonha com as agulhas enfiadas debaixo das unhas, nem sabe se eram agulhas, mas alguma coisa parecida. Apanhava tanto que saía todo mole da sala. Na cela chorava.

Segue Dorneles (2007, p.198): Mas por que você relutou tanto em falar comigo? “Porque com a imprensa eu me sinto mais indefeso do que com a polícia”.

Essas declarações de ex-criminosos ou simplesmente de ex-suspeitos não têm por objetivo causar choque em qualquer pessoa que seja, mas deixar bem claro, o tipo de estrago que a exposição na mídia pode causar a uma pessoa, não só socialmente como também mentalmente.

Ainda, para rechaçar o papel da mídia na cobertura dos casos, que envolvem a violência, o Juiz de Direito, José Ernesto de Mattos Lourenço, que julgou na sequência os verdadeiros autores dos crimes ocorridos no interior do “Bar Bodega”, fez uma reflexão e ainda duras críticas quanto ao posicionamento da mídia contemporânea.

Essas observações são apontadas por Dorneles, quando o autor comenta que os tempos mudam, mas a mentalidade ainda parece arraigada aos tempos medievais. Assim,

...deixo de requisitar as providências cabíveis, por saber da existência de procedimentos já instaurados. Por que, de tudo é preciso indagar e refletir. Seria a imprensa também a provocadora da ação desvairada que vitimou jovens inocentes que injustamente foram presos, sem qualquer interferência, é verdade, quanto aos sofrimentos experimentados? A

resposta é sim. Arvorou-se uma parte da imprensa em defensora da sociedade e exerceu uma pressão insuportável e incompatível com o bom senso. De há muito tempo a imprensa afastou-se da função de noticiar o fato e assumiu ares de julgadora, na ânsia desesperada de noticiar escândalos e explorar a miséria humana, sem se dar conta dos seus limites. Passaram a acusar, julgar e penalizar com execração pública. A lição ainda não serviu. Diariamente continuam explorando as notícias na corrida louca da audiência que, na verdade, tem por finalidade o lucro, o dinheiro dos patrocinadores que não têm qualquer escrúpulo em mostrar seus produtos à custa da degradação. (DORNELES, 2007, p.259).

O autor demonstra na sua explanação, que policiais foram transformados em artistas e protagonistas de cenas degradantes, na busca desenfreada de audiência e notoriedade, funcionando os holofotes das câmaras funcionam como luzes da ribalta.

A dignidade do ser humano passou a ter importância mínima ou nenhuma. A imagem das pessoas é a matéria-prima da diversão. O destaque da humilhação não é equivalente ao resgate da honra na totalidade dos casos. Confunde-se permanentemente a Justiça imediata com Justiça rápida. A apuração da verdade real deu lugar à sede insana de vingança e, ao final, fez novas vítimas. O ser humano parece ser um detalhe apenas. Processo não é palco de vaidade, nem lugar e oportunidade para estrelismos. Justiça serena não se pratica sob as luzes das câmaras de televisão, impulsionados pelo clamor da vingança, nem se submete à emoção momentânea. (DORNELES, 2007, p.260).

Essa postura unilateral da mídia não aconteceu somente no caso “Bar Bodega”. Esses acontecimentos são relatados constantemente em nosso dia-a-dia, porém só damos ouvidos a partir do momento em que a mídia, além de noticiar, parte para o massacre dessas informações e isto quase sempre tem a ver com a classe social das vítimas.

Recentemente, em 7 de agosto de 2009, eu próprio, durante o período de realização desta monografia, tive a oportunidade de presenciar aproximadamente uns quinze policiais, civis e militares correndo e atirando contra um jovem que vinha em minha direção. Quase fui atingido pelos tiros, mas me joguei no chão da loja em que me encontrava, quando um desses tiros atingiu, na cabeça, o rapaz que fugia dos policiais. O rapaz caiu na hora. Cinco a seis metros na minha frente. Na sequência, os policiais percebendo que o rapaz ainda estava vivo, tiraram uma arma que estava na cintura do suspeito, o algemaram e passaram a dar coronhadas na cabeça do rapaz, além de vários socos e pontapés.

Parecia que todos tinham de deixar suas marcas, além de mostrar, aos cidadãos ali presentes, de que maneira se faz a justiça. Eu já não sabia quem era o bandido e quem era o mocinho. O rapaz foi levado do local e no dia seguinte é que fiquei sabendo, o que de fato havia acontecido naquele dia. Tratava-se de um grupo envolvido com drogas, que há muito tempo agia em Curitiba e região. Embora o ocorrido envolvesse cinco suspeitos, na minha frente, a polícia só capturou um deles.

Em um telejornal da cidade o caso foi noticiado como uma operação de extrema eficiência das polícias. Fiquei indignado pela situação real dos acontecimentos e a história contada pela mídia. Enviei e-mails para duas redações de telejornalismo, Rede Massa e RIC. Comentei sobre o fato da polícia irresponsavelmente atirar no suspeito, sendo que as balas foram parar nas paredes de um centro comercial e em horário de movimento. Relatei sobre um carro da Prefeitura Municipal de Curitiba, que passava no local e foi atingido por um dos tiros. Denunciei ainda o espancamento do rapaz, depois de baleado na cabeça e algemado. Detalhe importante. O suspeito, mesmo enquanto corria dos policiais, em instante algum tirou a arma da cintura.

No dia seguinte, o mesmo telejornal que eu havia assistido, voltou a falar do caso, porém, realçando ainda mais o trabalho dos policiais envolvidos, elogiando a todos e qualificando-os como profissionais extremamente treinados. Nenhuma observação foi feita quanto à violência exercida ou a irresponsabilidade dos tiros disparados no local onde circulavam inúmeros populares. A denúncia não foi anônima. Muito pelo contrário. Tinha endereço eletrônico e até mesmo número de telefone para contato. Jamais tive o retorno de uma equipe de jornalismo para contar os detalhes daquele momento e só me cabe concluir que os veículos de comunicação nos quais confiei, não são imparciais e por alguma razão, não pretendem denunciar qualquer conduta irregular de policiais. Pelos menos se as vítimas forem pessoas consideradas pela sociedade como sendo marginalizadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, cabe a reflexão de que a construção de uma sociedade mais democrática e menos violenta depende da inteiração de todos os segmentos e setores, com uma maior percepção e consciência dos seus agentes sociais, assim como das ações solidárias, quer sejam no nível individual quanto institucional.

Assim, a informação cresce em importância como sendo um direito da sociedade e não como um produto de uso restrito das instituições, quer sejam científicas, burocráticas, administrativas ou de comunicação, com o potencial de ser mediada os processos de conscientização de direitos, além da integração de variados setores da sociedade.

É inegável que a mídia, no que se refere às informações sobre violência, é totalmente desqualificada, sendo consequência não só do preconceito – neste caso, exercido pelas instituições públicas, que legitimam e autorizam um controle sobre as informações – como também do autoritarismo.

O serviço que a TV poderia prestar ao público acaba sendo uma mal realizada tarefa, sem qualquer critério de qualidade, sendo as informações tratadas como instrumentos de domínio privado e não como uma prestação de serviços à sociedade, justificando-se assim o papel público dessas instituições.

REFERÊNCIAS

- CRUZ NETO, O.; MINAYO, M.C.S. Extermínio:violentação e banalização da vida. Cad Saud Public 10 (supl.I): 177-187.
- DELUMEAU, J. História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DORNELES, C. Bar Bodega: um crime de imprensa. São Paulo: Globo, 2007.
- GLASSNER, B. Cultura do medo. São Paulo: Francis, 2003.
- HALIMI, S. Os novos cães de guarda. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LEBRUN, J-P. ; MORAES, P. R. B. . Juventude, medo e violência. In: Vânia Mercer; Gediél, José Antonio Peres. (Org.). Violência, paixão e discursos: o avesso dos silêncios. Porto Alegre/RS: CMC, 2008, v. , p. -.
- MARX, K. Liberdade de Imprensa. Porto Alegre: L & PM, 2007.
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. Violência para todos. Cad Saud Public 9:65-78.
- MORAES, P.R.B. Juventude, Medo e Violência. Disponível em:
http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf. Acessado em: 18.02.2010.
- MOTTA, L.G. (org.). Imprensa e Poder. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- NJAINE, K.; SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. Cad Saud Public vol.13 n.3 Rio de Janeiro July/Sept.1997.
- REY, G. *Los medios de comunicación y la violencia familiar. Memorias del Seminario Intrafamiliar, 204:31-45.*
- RONDELLI, E. Mídia, representações sociais da violência, da criminalidade e ações políticas. Comunicação & Política, 1:97-110.
- SODRÉ, M. O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.
- SODRÉ, M. Sociedade, mídia e violência. Porto Alegre: Sulina, 2006.